



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

**DESENVOLVIMENTO RURAL E
SEGURANÇA ALIMENTAR**

**A PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL POR MEIO DA
CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS**

YONÁ GABRIELA DE CASTILHO

Foz do Iguaçu
2018



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

**DESENVOLVIMENTO RURAL E
SEGURANÇA ALIMENTAR**

A PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL POR MEIO DA CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS

YONÁ GABRIELA DE CASTILHO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar.

Orientadora: Prof. Dr.^a Erika Marafon
Rodrigues Ciacchi

Foz do Iguaçu
2018

YONÁ GABRIELA DE CASTILHO

**A PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL POR MEIO DA
CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr.^a Erika Marafon Rodrigues Ciacchi
UNILA

Prof. Dr.^o Exzovildres Queiroz Neto
UNILA

Prof. Dr.^o Régis da Cunha Belem
UNILA

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de _____.

TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a): _____

Curso: _____

Tipo de Documento

- | | |
|------------------------|--|
| (.....) graduação | (.....) artigo |
| (.....) especialização | (.....) trabalho de conclusão de curso |
| (.....) mestrado | (.....) monografia |
| (.....) doutorado | (.....) dissertação |
| | (.....) tese |
| | (.....) CD/DVD – obras audiovisuais |
| | (.....) _____ |

Título do trabalho acadêmico: _____

Nome do orientador(a): _____

Data da Defesa: ____/____/____

Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons Licença 3.0 Unported*.

Foz do Iguaçu, ____ de ____ de ____.

Assinatura do Responsável

Dedico este trabalho para todos e todas que acreditam que a arte é um diálogo saudável!

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais Edson Castilho e Onilse Castilho, por me apoiarem nestes longos anos repletos de desafios. Por todo o suporte emocional, financeiro e motivacional que me proporcionaram durante toda minha vida e principalmente nestes últimos quatro anos. Sabemos o quão difícil foi este período, sabemos o quanto abrimos mão para que minha formação pudesse ser concluída, e ainda sim, vocês escolheram investir em minha educação. Não há palavras que expressem minha gratidão e meu amor por vocês.

Agradeço a minha orientadora, Erika Marafon Rodrigues Ciacchi por todas as horas de dedicação e entrega ao meu lado, mesmo diante de diversos outros afazeres, sou grata por tê-la neste processo e por ter ganhado uma amiga que levarei para o resto de minha vida.

Agradeço imensamente aos meus professores Ana Alice Aguiar Eleuterio, Dirceu Basso, Exzovildres Queiroz Neto, Guillermo Díaz, Sílvia Aparecida Zimmermann e Valdemar João Wenz Junior, pelos quatro anos de muito aprendizado, profissionalismo e dedicação, vocês fizeram toda a diferença nessa caminhada e agradeço também ao professor Régis da Cunha Belem, que mesmo em pouco tempo de convivência foi extremamente importante em minha formação!

Também agradeço às pessoas da escola que foi sede de minha pesquisa, que se esforçaram para me auxiliar durante toda a coleta de dados, organizando a agenda da escola mesmo nos horários mais difíceis. Aos pais e responsáveis que acreditaram na relevância deste estudo e claro, agradeço às crianças que fizeram toda a ideia deste trabalho ser válida e acontecer.

Por último e não menos importante agradeço aos meus amigos e amigas por tanto amor e apoio, nas horas de cansaço e felicidade, em especial a Carlos Alberto da Rosa, Wendy Vieira e ao meu companheiro de luta, aprendizado e amor, Geovanny Flores.

Obrigada!

*“O que vale na vida, não é o ponto de partida,
mas sim a caminhada. Caminhando e
semeando, terás o que colher.”*

Cora Coralina

CASTILHO, Yoná Gabriela de. **A Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional por Meio da Contação de Histórias**. 2018. 54 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso (Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2018.

RESUMO

A contação de histórias é uma das atividades mais antigas da humanidade. Atualmente, está frequente nas salas de aula, ainda que seja difícil competir com a tecnologia. O presente trabalho tem como objetivo apresentar a Contação de Histórias como forma de diálogo para promoção da Segurança Alimentar e Nutricional com crianças de 6 à 7 anos, do ensino fundamental I, atentando-se para as influências familiares e da escola neste processo de formação de hábitos alimentares. Também foi exposta uma breve análise de três principais políticas públicas atuantes no Brasil. A metodologia aplicada foi qualitativa e realizada em uma escola municipal de Foz do Iguaçu, sendo: um encontro com os pais/responsáveis e dois encontros com as crianças. Teve como ferramentas, além da contação de histórias, o uso de dinâmicas interativas e preenchimento de um Questionário de Frequência Alimentar. Os resultados encontrados nesta pesquisa, mostraram que a ausência de alimentos saudáveis em casa e a falta de tempo dos pais são percebidos pelas crianças. Além disso, a utilização da contação de histórias foi primordial para criarmos um diálogo em que todos conseguissem participar, montando uma história própria, feita pelo grupo. Por fim, conclui-se que a família tem papel fundamental na formação dos hábitos alimentares e não apenas a mãe, juntamente com a escola, onde a criança passa grande parte de sua vida. A contação de história conseguiu despertar nas crianças envolvidas a curiosidade de provar alimentos nas dinâmicas realizadas em grupos.

Palavras-chave: Segurança Alimentar e Nutricional, Educação Alimentar e Nutricional, Contação de Histórias, Políticas Públicas Alimentares.

CASTILHO, Yoná Gabriela de. **La promoción de la seguridad alimentaria y nutricional por medio de la cuenta de historias.** 2018. 54 páginas. Trabajo de Fin de Curso (Desarrollo Rural y Seguridad alimentaria) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2018.

RESUMEN

La narración de historias es una de las actividades más antiguas de la humanidad. Actualmente, se encuentra frecuente en las salas de aula, aunque sea difícil competir con la tecnología. El presente trabajo tiene como objetivo presentar la Narración de Historias como forma de diálogo para la promoción de la Seguridad Alimentar y Nutricional con niños de 6 a 7 años, de la enseñanza fundamental I, se atenta para las influencias familiares y de la escuela en este proceso de formación de hábitos alimenticios. También fue expuesta un breve análisis de tres principales políticas públicas actuantes en Brasil. La metodología aplicada fue cualitativa y realizada en una escuela municipal de Foz do Iguaçu, siendo: un encuentro con los padres/responsables y dos encuentros con los niños. Tubo como herramientas, además de la narración de historias, el uso de dinámicas interactivas y cuestionarios de Frecuencia Alimenticia. Los resultados en esta investigación, mostraron que la ausencia de alimentos saludables en casa y la falta de tiempo de los padres son percibidos por los niños. Además de eso, la utilización de la narración de historias fue primordial para crear un diálogo en que todos consigan participar, montando una historia propia, elaborada por el grupo. Por fin, se concluye que que la familia tiene un papel fundamental en la formación de los hábitos alimenticios y no apenas a la madre, junto con la escuela, donde los niños pasa gran parte de su vida. La narración de historias consiguió despertar en los niños involucrados la curiosidad de probar alimentos en las dinámicas realizadas en grupos.

Palabras clave: Seguridad Alimentaria y Nutricional, Educación Alimentaria y Nutricional, Contaminación de Historias, Políticas Públicas Alimentares.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 CAPÍTULO I: BREVE SÍNTESE SOBRE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	16
2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: NÍVEL NACIONAL	18
2.2 PNAE: PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	20
2.3 PNAN: POLÍTICA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	21
2.4 PNSAN: POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	23
2.5 EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL	25
3 CAPÍTULO II: O LÚDICO COMO FORMA DE DIÁLOGO PARA SAN: CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS	27
4 CAPÍTULO III: PERCURSO METODOLÓGICO	31
3.1 LOCAL, ENVOLVIDOS E ETAPAS DE REALIZAÇÃO DA PESQUISA:	32
5 CAPÍTULO IV: FALAR DE COMIDA TAMBÉM FAZ PARTE DA HISTÓRIA	35
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
7 REFERÊNCIAS	42
APÊNDICE A – INFORME DE INTERESSE DE PARTICIPAÇÃO	46
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DE FREQUÊNCIA ALIMENTAR	47
FOTOGRAFIA 2 – DADO ALIMENTAR	52
FOTOGRAFIA 3 – DEGUSTAÇÃO DE ALIMENTOS	53
FOTOGRAFIA 4 – RECONHECIMENTO ATRAVÉS DO TATO	54

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos a humanidade tem sofrido uma drástica mudança nos hábitos alimentares, o que tem modificado toda a estrutura de mercado do mundo. Com a ajuda da mídia, a ideia de abrir uma embalagem e ter uma refeição pronta, conquistou milhares de pessoas ao redor do mundo, e esse encantamento com a praticidade tem estado cada vez mais presente na vida das pessoas. O que parecia ser a grande solução para a falta de tempo, tem se transformado em um grande problema, que em longo prazo, à alimentação dos consumidores apresentam um déficit de proteínas, vitaminas, minerais, fibras e teores elevados de gorduras e açúcares, acarretando também na insegurança alimentar e nutricional (MUITO Além do Peso, 2012).

Ao trabalhar por dois anos em duas escolas diferentes, consegui perceber que um dos grupos mais atingidos por esses novos hábitos alimentares e pela grande mídia em alimentos, são crianças e adolescentes. Observei que um número significativo de crianças não sabia de onde vinham os alimentos que eram consumidos na merenda escolar e após ingressar no curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar, onde me foi exposto o universo de estudo sobre Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional - SSAN, tive a curiosidade de pesquisar sobre o que faz com que crianças escolham suas refeições em uma faixa etária onde não há autonomia de escolhas muito amplas.

Tive também o interesse em usar da minha profissão como Contadora de Histórias para criar um diálogo com as crianças e entender melhor o que se passa na hora de escolher seu alimento. Segundo Juzwiak (2012) a criança ao nascer inicia uma caminhada repleta de elementos do mundo que a cerca e é nesse momento que ela entra em contato com os alimentos iniciando o processo de estabelecimento de hábitos alimentares que podem refletir por toda sua vida.

Também, conforme Souza e Bernardino (2011) o método da contação de histórias é uma estratégia pedagógica que pode auxiliar de maneira significativa a prática docente na educação infantil e ensino fundamental. A rotina de ouvir histórias estimula a imaginação, educa, instrui, desenvolve habilidades cognitivas, dinamiza o processo de leitura e escrita, além de ser uma atividade interativa que potencializa a linguagem infantil. A utilização do lúdico como jogos,

brincadeiras e a contação de histórias no processo de formação desenvolvem a responsabilidade e principalmente a auto expressão.

Além disso, ao ler o trabalho de conclusão de curso da colega Karoline Ribeiro, onde o tema é um estudo sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Foz do Iguaçu, percebe-se a necessidade de um estudo mais aprofundado sobre a influência familiar nas escolhas alimentares. Com isso, podemos dizer que o objetivo central deste trabalho é verificar como a criança direciona sua preferência na hora da refeição e também como a escola e a família influenciam nessas escolhas, tendo como principal diálogo a promoção da SAN por meio da Contação de Histórias. Tendo também como objetivo entender a criação das políticas públicas para Segurança Alimentar e Nutricionais no Brasil, tendo como base a políticas públicas da área, PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) e Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN).

Para que seja possível alcançar os objetivos expostos anteriormente, será utilizada uma metodologia de pesquisa qualitativa, que consiste em explorar questões particulares da pesquisa, entendendo que cada dado obtido é impossível de ser quantificado, analisando a situação específica de cada indivíduo (MINAYO, 2002).

A pesquisa foi realizada em uma escola municipal de Foz do Iguaçu, com escolares do 2º ano do ensino fundamental I, com idades entre 6 e 7 anos. A escola foi escolhida por ser no bairro em que vivo, sendo essa a escola em que estudei durante todo o ensino fundamental I.

Este trabalho está dividido em quatro capítulos, sendo que o primeiro capítulo faz uma abordagem da origem da Segurança Alimentar e Nutricional no contexto mundial e em seguida com enfoque nacional, apresentando sua definição segundo a lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) nº11. 346. Também será apresentada a origem das políticas públicas de SAN, onde trarei uma breve síntese sobre as três principais políticas nacionais: PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) e Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN).

O segundo capítulo tem como principal elemento a Contação de Histórias, apresentando-a como uma atividade ancestral e que ainda percorre as famílias ao redor do mundo, além disso, sua função social e pedagógica.

Em seguida, o terceiro capítulo abrange a metodologia utilizada no trabalho, explicando seu percurso, apresentando os envolvidos e as atividades que foram realizadas em cada encontro.

Dando sequência, o quarto capítulo apresenta os resultados encontrados na pesquisa e também apresenta as falas das crianças e dos pais/responsáveis. Neste capítulo, o enfoque foi trazer o que os escolares e seus familiares entendem da alimentação, da merenda e o acompanhamento que é dado sobre o que a criança consome ou não, fora de casa e dentro dela.

Para encerrar, as considerações finais do trabalho, onde são apresentados os principais pontos de relevância de todo o processo da pesquisa.

2 CAPÍTULO I: BREVE SÍNTESE SOBRE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Segundo Silva (2014), o debate sobre a Segurança Alimentar e Nutricional se inicia com a problemática da fome, sobretudo no século XX, depois da 1ª Guerra Mundial e agravando ainda mais quando nos anos seguintes houve a 2ª Guerra Mundial, causando uma série de catástrofes no âmbito alimentar em todos os países envolvidos direta ou indiretamente no maior conflito da humanidade. Em decorrência desses acontecimentos, em 1943, houve a primeira conferência de Alimentação de Hot Springs, nos Estados Unidos convocada pelas Nações Unidas para discutir a realidade da fome mundial. Dentro desta conferência uma das instituições mais importantes no debate de Segurança Alimentar e Nutricional, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – Food and Agriculture Organization (FAO) teve sua criação prevista. Em 1945 a FAO foi criada sob o seguinte termo: “a FAO atua como um fórum neutro, onde todos os países, desenvolvidos e em desenvolvimento, se reúnem em pé de igualdade para negociar acordos, debater políticas e impulsionar iniciativas estratégicas” (FAO, 2018). Como compromisso:

“A FAO trabalha no combate à fome e à pobreza, promove o desenvolvimento agrícola, a melhoria da nutrição, a busca da segurança alimentar e o acesso de todas as pessoas, em todos os momentos, aos alimentos necessários para uma vida ativa e saudável. Reforça a agricultura e o desenvolvimento sustentável, como estratégia a longo prazo para aumentar a produção e o acesso de todos aos alimentos, ao mesmo tempo em que preserva os recursos naturais” (FAO, 2018).

Ainda segundo Silva (2014), após diversos debates, conferências e análises de nível global, houve uma ampliação conceitual em relação à temática, de modo que o termo “segurança alimentar” passou a ser utilizado com mais frequência no vocabulário oficial das organizações internacionais e com a Conferência Internacional de Nutrição, organizada pela FAO em 1992, foi analisado a relevância do aspecto nutricional e sanitário ao conceito de segurança alimentar, passando a ser adotado como SAN.

A relevância de SAN teve grande destaque também em 1996, durante a Cúpula Mundial da Alimentação (CMA) – World Food Summit (WFS) –, em Roma, quando a FAO vinculou a Segurança Alimentar e Nutricional aos Direitos

Humanos, ou seja, o acesso ao alimento de qualidade e em quantidade suficiente, foi considerado direito básico para a população (SILVA, 2014).

No Brasil, segundo Shirley Donizete Prado (2009) os primeiros estudos para o conceito de SAN chegaram à metade do século XX, com Josué de Castro e seus estudos sobre a fome no país. De acordo com Pinheiro (2009), citado por Silva (2014, p.17), Josué de Castro conseguiu traçar uma linha de pesquisa onde diagnosticou que a fome não estava apenas ligada a ausência de comida, mas também a falta de ingestão de nutrientes e vitaminas, o que ele chamou de “fome oculta”.

[...] na qual, pela falta permanente de determinados elementos nutritivos, em seus regimes habituais, grupos inteiros de populações se deixam morrer lentamente de fome, apesar de comerem todos os dias. É principalmente o estudo dessas coletivas fomes parciais, dessas fomes específicas, em sua infinita variedade, que constitui o objetivo nuclear do nosso trabalho” (CASTRO, 1984, p.25).

“Por isso, Josué de Castro foi também defensor ardoroso da reforma agrária, enxergando-a como uma estratégia necessária para o Brasil, em virtude de sua imensa extensão territorial, para a democratização da terra e o acesso a um número grande de famílias aos meios naturais para garantir sua soberania alimentar e, ao mesmo tempo, integrá-las aos circuitos econômicos locais” (SILVA, 2014, p. 17).

Conforme a Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos - ABRANDH (2013), a mudança do conceito de SAN dá-se em nível internacional e nacional, o que indica um processo contínuo que acompanha as diferentes necessidades de cada sociedade e de cada período. No Brasil, a definição mais recente de SAN foi formulada em 2006, pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) nº11. 346, de 15 de setembro, como:

“Segurança Alimentar e Nutricional – SAN entende-se a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que seja ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentável” (Lei nº11. 346, de 15 de setembro de 2006).

Com esta definição é primordial ressaltar que apenas o acesso a alimentos não é suficiente para se obter SAN, mas sim, com a qualidade e quantidade suficientes dos alimentos. O grande desafio do conceito de SAN no Brasil é a interdisciplinaridade entre particular de sua definição (KEPPLE; SEGALL-CORRÊA, 2008).

Para melhor entendermos as questões de a Segurança Alimentar e Nutricional, é importante entender o contexto de Insegurança Alimentar e Nutricional.

Conforme aponta Pérez – Escamilla (2005) citado por Guerra (2011, p.40), os métodos mais comuns para realizar uma avaliação de que um indivíduo ou grupo sofre de Insegurança Alimentar, são os seguintes:

- Método da FAO: Medir a disponibilidade de alimentos.
- Pesquisas de Orçamento Doméstico.
- Pesquisas de Ingestão Individual de Alimentos: Investiga o acesso ao alimento.
- Pesquisas Antropométricas: Medir a utilização dos alimentos.
- Pesquisas de Insegurança Alimentar e Fome: Investiga a estabilidade de acesso ou vulnerabilidade.

Todos esses métodos já foram utilizados em diversas pesquisas de extrema relevância para identificar a Insegurança Alimentar e Nutricional.

Outra informação relevante é que precisamos desassociar a insegurança alimentar e nutricional com o baixo peso, ou seja, estudos mostram que a insegurança alimentar e nutricional está completamente ligada também ao sobrepeso: “Em vez de conceituar o problema de sobrepeso como sendo um problema oposto à fome, deve-se considerar a possibilidade de que seja, em populações de baixos rendimentos, uma consequência dela.” (KEPPLE; SEGALL-CORRÊA, 2008, p. 189).

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: NÍVEL NACIONAL

A origem das Políticas Públicas voltadas para a promoção de SAN chegou ao Brasil junto com o debate da problemática da fome promovida principalmente pelos estudos de Josué de Castro (SANTOS, BAILÃO E MARCONDES, 2006). De acordo com Silva (2014) desde o fim dos anos 1930, o assunto sobre o auxílio alimentar para as comunidades mais pobres foi inserido nas políticas públicas governamentais brasileiras, no governo de Getúlio Vargas. “No início dessa mesma década, estudos de Josué de Castro já apontavam os flagelos sociais que a fome desencadeava em todo o território nacional, em especial na região Nordeste.” (SILVA, 2014, P. 16).

Durante o governo de Getúlio, as primeiras estruturas conectadas com o tema da alimentação foram aplicadas através das instituições de previdência social da época:

“Em 1939, foi criado o Serviço Central de Alimentação (SCA), no âmbito do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários (Iapi). No ano seguinte, houve uma evolução com a criação do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), ligado ao Ministério do Trabalho, em substituição ao Serviço Central. Porém, a nova estrutura do SAPS entrou em crise a partir da destituição de Getúlio Vargas em 1945, até ser extinta em 1962” (SILVA, 2014, p. 17).

Segundo Pinheiro (2009) citado por Silva (2014) a CNA (Conselho Nacional de Alimentação) foi criada em 1945 com o intuito de liderar as políticas públicas de alimentação, sendo responsável também pela elaboração do primeiro Plano Nacional de Alimentação de Nutrição em 1952. Com duração de 20 anos de atuação, a CNA foi extinta em 1972 e foi substituída pelo INAN (Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição):

“O INAN foi considerado um dos “projetos de impacto” do governo militar – tendo como presidente à época o general Médice – na área da assistência alimentar, e instituiu um conjunto de programas direcionados às populações em situação de vulnerabilidade social” (SILVA, 2014, p. 18, apud PINHEIRO, 2009).

Segundo Peliano (2010) citado por Silva (2014), o INAN foi o único órgão que fez questão de estar associado com a agricultura familiar, principalmente pela estreia do PROAB (Programa de Abastecimento de Alimentos Básicos em Áreas de Baixa Renda) e o PROCAB (Programa de Aquisição de Alimentos em Áreas Rurais de Baixa Renda) uma parceria com a Cobal. No entanto, a falta de recursos e a falta de continuidade desses programas, acabaram prejudicando a finalização dos objetivos esboçados e além disso o acontecimento do INAN ser vinculado ao Ministério da Saúde (órgão setorial) dificultou ainda mais seu potencial de articulação como instituição para a junção de políticas públicas do governo federal: “[...]e a conjuntura política também não era favorável para uma integração estratégica dos organismos de governo para uma ação voltada a atender a demanda de alimentos por parte de comunidades pobres.”(SILVA, 2014, p. 21). Na década de 1980, com o fim da ditadura militar, houve uma grande mobilização dos movimentos sociais a favor da democracia e apresentando assim, uma nova perspectiva para a organização civil ao redor do combate à fome e à desnutrição. Em 1986, José

Sarney, primeiro presidente eleito por um governo democrático, pós-ditadura militar, apresentou o PNLCC (Programa Nacional de Leite para Crianças Carentes), um programa que distribuía tíquetes para que famílias pobres pudessem ter acesso a 30 litros de leite por mês, através do comércio local. Ainda assim: “O programa recebeu uma série de críticas por parte de especialistas, que enfocavam seu caráter clientelista e centralizado (por parte do governo federal), além de ser isolado e desarticulado de outras políticas.”. (SILVA, 2014, p.22). Já com a criação do Consea, em 1993 (por meio do Decreto nº 807, de 24 de abril de 1993), houve a criação do Plano Nacional de Combate à Fome e à Miséria:

“Logo após a criação do Consea, foi reapresentada e sancionada pelo presidente Itamar Franco (após ser aprovada no Congresso e vetada pelo presidente Collor) a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), que definia as diretrizes para a atuação do Estado em seu dever de garantir o atendimento adequado às necessidades básicas dos indivíduos. Para consolidar os avanços obtidos e construir novas plataformas de atuação, foi realizada entre os dias 27 e 30 de julho de 1994 a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar (I CNSA), com a presença de cerca de 2 mil pessoas, entre delegados, observadores e convidados. O tema central da I CNSA foi Fome, questão nacional” (SILVA, 2014, p.26).

Em 2003, Programa Fome Zero (PFZ), contemplado pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foi um marco importante para as políticas públicas sociais e conseqüentemente de acesso a alimentação. O PFZ demandou as três esferas do governo, isso por que: “[...] abrangia um largo espectro de ações que envolviam desde formas de organização por bairro a assentamentos agrários e restaurantes populares, bancos de alimentos, transferências condicionadas à frequência escolar” (TOMAZINI e LEITE, 2016, p. 22). Ainda conforme nos traz Tomazini e Leite (2016), o principal objetivo do Programa Fome Zero era garantir o direito humano à alimentação, promovendo a Segurança Alimentar. O programa foi encerrado em 2004 e teve como subseqüente o programa Bolsa Família que é vigente atualmente.

2.2 PNAE: PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Conforme Rodrigues (2004) citado por Froehlich (2010), o PNAE é o mais antigo programa de merenda escolar vigente no país e teve suas primeiras demandas de criação na década de 1930 por influência de um grupo de médicos dedicados às questões da Nutrição e da fome. No Brasil o nome que teve grande destaque e até hoje é estudado em profundidade na carreira da Nutrição foi Josué

de Castro, ao lado de Pedro Escudero, outra grande referência na América Latina sobre este debate na perspectiva social. Mas apenas em 1950 surge o Plano Nacional de Alimentação e Nutrição onde dentro dele, pela primeira vez criou-se um Programa de Merenda Escolar, atendendo primeiro as escolas do nordeste e em seguida abrangendo aos poucos, todo o país.

De acordo com o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), entre os rumos dos PNAE, estão: emprego da alimentação saudável e adequada; educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem; respeito aos hábitos regionais e às tradições culturais e; apoio ao desenvolvimento sustentável. Segundo Cunha (2010) podemos dizer que o programa tem como objetivo ofertar uma contribuição de nutrientes, além de uma alimentação ideal ao longo do processo de permanência do estudante na escola. Vasti e Souza (2013) citando o Caderno Legislativo PNAE (2011), explicam:

“A alimentação oferecida através do programa deve suprir, no mínimo, em 20% das necessidades nutricionais diárias dos alunos matriculados na educação básica e 30% das necessidades nutricionais diárias para os alunos matriculados em escolas localizadas em comunidades indígenas e localizadas em áreas remanescentes de quilombos, sendo em período parcial. Já em período integral, no mínimo, 70% das necessidades nutricionais diárias dos alunos matriculados na educação básica, incluindo as localizadas em comunidades indígenas e em áreas remanescentes de quilombos” (VESTI E SOUZA, 2013, P. 23).

Goldchmidt e Granada (2008) citados por Vesti e Souza (2013), explicam que atualmente a coordenação do PNAE é feito pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), vinculado ao MEC (Ministério da Educação). Para ser possível o acesso ao programa, as escolas devem estar devidamente cadastradas no Censo Escolar e assim receber os repasses do Governo Federal. Uma das recentes mudanças no PNAE, foi feita através da Lei nº 11.947/2009, com a extensão do programa para a toda a rede pública de educação básica (VESTI E SOUZA, 2013).

2.3 PNAN: POLÍTICA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

A Política Nacional de Alimentação e Nutrição foi aprovada em 1999 e tem como objetivo melhorar as condições alimentares, nutricionais e de saúde dos brasileiros e para que esse propósito seja alcançado tem como ferramentas a

promoção de práticas alimentares adequadas, a vigilância alimentar e nutricional e a prevenção dos agravos relacionados à alimentação e nutrição. Além disso, é importante ressaltar:

“A PNAN tem por pressupostos os direitos à Saúde e à Alimentação e é orientada pelos princípios doutrinários e organizativos do Sistema Único de Saúde (universalidade, integralidade, equidade, descentralização, regionalização e hierarquização e participação popular)” (BRASÍLIA, 2011, p. 14).

Segundo a edição de 2011 do PNAN, para que os objetivos da política tenham êxito, foram estabelecidas diretrizes que norteiam a política e mostram os limites das atuações em sua finalidade. Sendo:

1. Organização da Atenção Nutricional;
2. Promoção da Alimentação Adequada e Saudável;
3. Vigilância Alimentar e Nutricional;
4. Gestão das Ações de Alimentação e Nutrição;
5. Participação e Controle Social;
6. Qualificação da Força de Trabalho;
7. Controle e Regulação dos Alimentos;
8. Pesquisa, Inovação e Conhecimento em Alimentação e Nutrição;
9. Cooperação e articulação para a Segurança Alimentar e Nutricional.

Ainda conforme a edição de 2011 do PNAN, a política também conta com estratégias de financiamento, para a prática das diretrizes, são divididos em três partes:

- A aquisição e distribuição de insumos para prevenção e tratamento das carências nutricionais específicas;
- A adequação de equipamentos e estrutura física dos serviços de saúde para realização das ações de vigilância alimentar e nutricional;
- A garantia de processo de educação permanente em alimentação e nutrição para trabalhadores de saúde;
- A garantia de processos adequados de trabalho para a organização da atenção nutricional no SUS.

Sua última atualização foi feita em 2013, mas as alterações foram mínimas. A política continua sendo apresentada com o propósito de melhorar as condições de

alimentação, nutrição e saúde, em busca da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional da população brasileira.

2.4 PNSAN: POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Com as recentes crises de alimentos no mundo todo, com as quais ainda sentimos os impactos, foi preciso programar uma política intransferível a frente de suas consequências sobre a capacidade de acesso aos alimentos e sobre a produção de alimentos sustentável e de base familiar, essa é a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA, 2009).

Para melhor entender o contexto da criação e o marco que representa a PNSAN, o grupo Slow Food Brasil, criou uma linha do tempo de fatos que antecedem a implementação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional:

- 1993 - Criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA;
- 1994 - I Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;
- 1995 - Extinção do CONSEA;
- 2003 - Início da estratégia FOME ZERO;
- 2003 - Reimplantação do CONSEA;
- 2004 - Criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS);
- 2004 - II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;
- 2006 - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional - LOSAN, Lei 11.346/2006;
- 2007 - Criação da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN;
- 2007 - III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;
- 2010 - Inclusão do Direito Humano à Alimentação Adequada na Constituição Federal (Emenda Constitucional 64);

- 2010 - Decreto nº 7272, que institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

É possível analisar que umas séries de eventos formam e apontam a necessidade do Decreto nº 7272, de 2010, instituindo a PNSAN. Com isso, a política chega com o objetivo geral de promover a soberania e a segurança alimentar e nutricional, garantindo o direito humano para uma alimentação adequada em todo o território nacional.

Conforme o documento de elaboração da PNSAN (2009), assim como a PNAN, a PNSAN possui diretrizes que nos ajudam a esclarecer seus intuitos, destacando a educação alimentar e nutricional:

I - Promoção do acesso universal à alimentação saudável e adequada, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional;

II - Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas justos e descentralizados, de base agroecológica e sustentáveis de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos;

III - Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa, produção de conhecimentos e formação em soberania e segurança alimentar e nutricional e direito humano à alimentação adequada e saudável;

IV - Promoção, universalização e coordenação das ações de segurança alimentar e nutricional voltadas para quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais;

V - Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de segurança alimentar e nutricional;

VI - Promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica, e para a produção de alimentos da agricultura familiar e da pesca e aquicultura;

VII - Apoio a iniciativas de promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada e saudável em âmbito internacional.

2.5 EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL

De acordo com Boog (1997) entre o período de 1940 a 1960, a educação alimentar e nutricional sempre foi ligada às campanhas de inserção de novos alimentos e às práticas alimentares mais educativas, o que fez com que se tornassem um dos pilares das políticas de alimentação e nutrição da época.

A Educação Alimentar e Nutricional surge da preocupação com a qualidade de alimentação, associada com a qualidade de vida, dado que no Brasil, desde o século XX, existem registros de pesquisas realizadas ao redor desta temática (BOOG, 2013).

Segundo Peixinho et al (2011), desde a constituição de 1988, a educação escolar teve um novo rumo, agora era reconhecida como obrigação do Estado, o que antes era caracterizada como assistencialista (apud o Doringo, 2014, p. 45) no entanto, apenas em 2006 foi incluída na política de alimentação escolar (DORINGO, 2014). Essa inclusão deu-se a partir da Portaria Interministerial nº 1.010/06:

“[...] publicada em parceria entre os Ministérios da Educação e da Saúde, que dispõe sobre as diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas. No mesmo ano a EAN foi inserida como diretriz da execução da política de alimentação escolar com a Resolução FNDE/CD nº 32/06 (posteriormente revogada pela Resolução FNDE/CD nº 38/09)” (DORINGO, 2014, p. 45).

O cenário que sempre pautou o debate de EAN é nas dificuldades de sua vivência e aplicação. Para Boog (2013), um dos principais dilemas tem sido com o próprio profissional da saúde, tratando problemas alimentares que muitas vezes são seus. Por isso a EAN conta com diversas ferramentas para o seu funcionamento e difusão, no contexto desta pesquisa, o instrumento utilizado foi a Contação de Histórias, como principal forma de diálogo com escolares sobre escolhas alimentares.

Segundo Bizzo e Leder, citados por Juzwiak (2013) há pontos essenciais para caracterizar o método pedagógico da EAN na escola:

“[...]além da importância dos temas a serem tratados de forma transversal é fundamental privilegiar o diálogo horizontal, respeitando o conhecimento e a cultura. Outras características ressaltadas por essas autoras dizem respeito à necessidade de as ações propostas terem significado para os estudantes, serem problematizadoras, propositivas e cultivarem a construção da cidadania” (JUZWIAK. 2013, p.474).

A partir disto, é possível entender que é preciso levar em consideração vários aspectos para tratar EAN, inclusive a utilização do lúdico para o diálogo com crianças:

“Crianças em idade pré e escolar apresentam grande desafio em termos de EAN, pois é necessário que sejam adotados estratégias e materiais que captem seu interesse, estimulem a participação e a aquisição de conhecimento, levando à adoção de comportamentos saudáveis, ao mesmo tempo em que sejam adequados à capacidade cognitiva e fase de desenvolvimento” (BASKALE ET AL., 2009 APUD JUZWIAK p. 474).

3 CAPÍTULO II: O LÚDICO COMO FORMA DE DIÁLOGO PARA SAN: CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS

O ato de contar história é uma das atividades mais antigas da humanidade, que traz à tona toda a ancestralidade da ação. (SANT'ANNA et al., 2013). O repassar de histórias de geração em geração dentro da família, era a melhor forma de manterem-se as tradições e a memória coletiva do grupo. Para Cavalcanti (2009) apud Brejo (2018) o contar histórias é além de um ato, é uma arte milenar, isso porque, este costume é tão antigo quanto o próprio homem: “Desde que o ser humano surgiu na Terra, ele criou o hábito de contar casos e de usar a imaginação para explicar ou ensinar fatos da vida cotidiana”. Os contos e causos sempre tiveram relação e um espaço importante dentro da cultura de cada povo. Através deles, são sustentados os desejos, sonhos e a esperança de superar os problemas físicos e espirituais.

Em alguns povos, segundo Cavalcanti (2009), a fogueira era o principal elemento para que as histórias começassem a serem contadas. A crença dizia que o fogo trazia proteção, através dele todos ficam a salvo dos perigos da floresta e de ataques de animais. Já na cachoeira ou riacho, a tradição falava de purificação e de afastar sentimentos ruins. Ainda conforme Cavalcanti (2009), outro elemento muito reverenciado nas rodas de história dos nossos antepassados, era o fato de realizarem rituais para contar as histórias durante noite. As lendas diziam que a noite era coberta de segredos e que o melhor horário para falar era ao pôr-do-sol.

A grande questão é que atualmente este cenário mudou e ao invés de rodas de conversas e longas histórias, outras ferramentas ocuparam este espaço:

“Na atualidade, a comunicação verbal escrita, tradicionalmente consagrada por livros, está tendo cada vez mais um papel secundário na vida das pessoas, devido a vários fatores, dentre eles a tecnologia. E é nesse contexto que reaparece o contador de histórias, aquele que na antiguidade era tão comum, hoje vem inovando o seu espaço. Tornando-se mais criativo, até mesmo para poder competir com a tecnologia, mas fazendo a mesma função: passar valores, contar experiências” (BOARETTO, 2016, p. 3).

Dentre todos os temas abordados na literatura infantil, a alimentação é dos assuntos mais frequentes. A utilização do lúdico como forma de diálogo com

crianças, neste caso sobre alimentação, é um método antigo que vemos em leituras clássicas como “Branca de Neve e os Sete Anões” onde uma maçã envenenada muda o percurso da história, “Rapunzel” onde a trama começa com o desejo de uma mulher em comer os frescos nabos da horta da casa ao lado e “Chapeuzinho Vermelho” que tinha como rotina levar uma cesta cheia de comida para sua avó. (JUZWIAK, 2013)

Segundo Juzwiak (2013), um estudo realizado por Byrne e Nitzke (2000) com o objetivo de identificar alimentos em 114 livros infantis, surpreenderam no resultado que mostrou 45% dos livros mencionavam ao menos uma vez alimentos, além disso:

[...] 13%, cinco menções ou mais, totalizando 199 tipos de referências. Destas, 152 puderam ser classificadas segundo os grupos de alimentos da pirâmide alimentar, sendo que o mais mencionado foi o grupo dos grãos (21%), seguido das frutas (20%). A proporção de menções para os grupos açúcares simples/gorduras, carnes e lácteos foi de 19%, 16% e 13%, respectivamente.

O grupo de hortaliças (11%) foi menos mencionado do que os grãos e frutas ($p < 0,05$). Mensagens positivas, relacionando a alimentação com divertimento, saúde, sabor e sinal de status econômico”, foram mais frequentes (77%) do que mensagens negativas, tais como “engordam, não gosto, não está fresco, não saudável” (11,5%). Os autores avaliaram o envolvimento de personagens não humanos devido ao potencial efeito na força do modelo que estes seres exercem, e foram encontrados 66% animais e outros seres fantásticos” (JUZWIAK. 2013, p.477).

Almeida (2009) apud Juzwiak (2013), após um experimento, observou que as atitudes das crianças (de 8 a 11 anos) eram diferentes após a leitura de histórias: “era dependente das contingências apresentadas” (JUZWIAK. 2013, p.477). Segundo o autor, depois de ser exposta a história de um garoto que comia doces, antes de começar a festa:

[...] observou-se que, quando convidadas a preparar uma festa e deixadas em uma situação semelhante à da história, as crianças estudadas apresentaram mais comportamentos direcionados aos doces (olhar, tocar) após a história sem desfecho aversivo, embora em nenhuma situação tenha ocorrido o seu consumo” (JUZWIAK. 2013 p.477).

Para Cordazzo e Vieira (2007) e Dallabona e Mendes (2004) apud Juzwiak (2013, p. 474), o lúdico tem uma função primordial, sendo assim, necessário para explorar o “aprender brincando”, lembrando que a brincadeira é algo natural da

infância, ela estimula o desenvolvimento infantil e facilita a aprendizagem, o hábito da criança é aproveitado o que torna tudo mais atrativo: “enquanto o conhecimento vai sendo construído a partir de estímulo dos sentidos, valorização da cultura, desenvolvimento motor, socialização e interação, exercício da imaginação e criatividade, e sistematização das experiências”. A Contação de História é apresentada com este mesmo objetivo: ensinar e divertir simultaneamente.

Através de um estudo realizado pela turma de pedagogia da Unioeste (Universidade Estadual do Oeste do Paraná), listou 7 motivos para que a Contação de Histórias seja inserida no cotidiano de crianças:

1. As histórias formam o gosto pela leitura - Quando a criança aprende a gostar de ouvir histórias contadas ou lidas, ela adquire o impulso inicial que mais tarde a atrairá para a leitura;
2. As histórias são um poderoso recurso de estimulação do desenvolvimento psicológico e moral que pode ser utilizado como recurso auxiliar da manutenção da saúde mental do indivíduo em crescimento;
3. As histórias instruem ao enriquecer o vocabulário infantil, amplia seu mundo de idéias e conhecimentos e desenvolve a linguagem e o pensamento;
4. As histórias educam e estimulam o desenvolvimento da atenção, da imaginação, observação, memória, reflexão e linguagem;
5. As histórias cultivam a sensibilidade, e isso significa educar o espírito. A literatura e os contos de fadas dirigem a criança para a descoberta de sua identidade e comunicação e também sugerem as experiências que são necessárias para desenvolver ainda mais o seu caráter;
6. As histórias facilitam a adaptação da criança ao meio ambiente, pela incorporação de valores sociais e morais que ela capta da vida de seus personagens;
7. As histórias recreiam, distraem, descarregam as tensões, aliviam sobrecargas emocionais e auxiliam, muitas vezes, a resolver conflitos emocionais próprios.

Paulo Freire (2005) afirma que o ato ler é inerente do ser humano e que a leitura do mundo antecipa a palavra. A leitura está atrelada ao decorrer de toda a nossa vida. É a partir dela que nos inspiramos, valorizamos e celebramos. Com isso, entendemos que a contação de histórias pode proporcionar uma

inteiração maior da criança com os livros e conseqüentemente, formar cidadãos críticos e que questionem a sua sociedade: “Imagina-se um grupo de crianças que não pode aprender a ler, elas não teriam acesso à escrita, uma forma de comunicação que permite acumular o conhecimento de geração em geração. Não basta apenas saber ler, é preciso discutir, contestar, ou aceitar o conhecimento próprio e novos pensamentos” (FROTA, 2012, p. 3).

4 CAPÍTULO III: PERCURSO METODOLÓGICO

A metodologia aplicada foi qualitativa, que consistiu em entender a particularidade de cada envolvido na pesquisa (MINAYO, 2002).

O estudo foi realizado em dois principais encontros com a escola, dois encontros com as crianças e um encontro com os responsáveis. Para cada encontro houve um planejamento de atividades a serem realizadas, tendo como uma das bases o Caderno de Atividades - Educação Alimentar e Nutricional: o direito humano a alimentação adequada e o fortalecimento de vínculos familiares nos serviços socioassistenciais, da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Além disso, utilizei como ferramenta a pesquisa-ação de Thiollent, que consiste em um tipo de pesquisa social que é realizada com proximidade a uma ação ou uma resolução de um problema coletivo: “[...] no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação da realidade a ser investigada estão envolvidos de modo cooperativo e participativo (THIOLLENT, 1985, P. 14)”. A pesquisa-ação, vinda das ciências sociais, chegou ao Brasil com o sociólogo brasileiro João Bosco Pinto.

Para Egg citado por Baldissera (2001) existe um conjunto de características da ação participativa, sendo:

- O objetivo do estudo é decidido a partir do interesse de um grupo de pessoas ou de um coletivo (A P.A.P. só se aplica às situações ou problemas da vida real);
- A finalidade da investigação é a transformação da realidade que afeta as pessoas envolvidas;
- Existe uma estreita interação/combinção entre a investigação e a prática, entre o processo de investigação e da ação interativa. Ambas iluminadas pela teoria e realizadas com a participação dos envolvidos, seja como pesquisadores, técnicos, promotores, ou seja, como beneficiários de um programa;
- Supõe a superação da relação de distanciamento entre o pesquisador, que tem um suporte teórico e metodológico e as pessoas envolvidas que contribuem com suas experiências, vivências e conhecimentos de sua própria realidade;
- Exige formas de comunicação entre iguais com o propósito de realizar um trabalho de conjunto;

- É uma ferramenta intelectual a serviço da população (pesquisadores ou profissionais) é uma ferramenta dos trabalhadores, quando a utilizam para ter um conhecimento mais verdadeiro e completo possível da realidade que desejam transformar;

- É uma proposta metodológica na perspectiva de problematizar conhecimentos e habilidades, negando assim a transferência, a educação bancária (FREIRE, 1987). A socialização do conhecer e do saber metodológico é absolutamente necessária para que as pessoas participem ativamente. Para decidir e participar com eficácia é necessário estar envolvido em processos de formação.

Assim, posso afirmar que estive ativa nesta pesquisa, também como participante.

3.1 LOCAL, ENVOLVIDOS E ETAPAS DE REALIZAÇÃO DA PESQUISA:

Para que fosse possível atingir os objetivos desta pesquisa, foi traçado um planejamento, onde o público alvo foi definido como crianças do segundo ano no ensino fundamental I, de uma escola municipal de Foz do Iguaçu. A escola foi escolhida por ter sido a escola na qual estudei durante todo o Ensino Fundamental I e por ter fácil acesso até ela. Com isso, inicialmente foi feito contato com a escola, que foi representada pela coordenadora dos segundos anos, onde pude explicar o objetivo dessa pesquisa e verificar o interesse da escola pela pesquisa e pelo debate. Para que o diálogo com os familiares fosse possível, foi feito um encontro com os responsáveis, realizado no mês de setembro de 2018, no espaço da escola, com duração de uma hora e teve como foco explicar aos pais da finalidade do estudo. Para a realização do encontro, juntamente com a escola, foi encaminhado um comunicado aos responsáveis sobre o interesse em participar da pesquisa (Apêndice 1).

O primeiro encontro realizado com os pais/responsáveis teve adesão de duas famílias em um total de 8 famílias que haviam dado aceite, com duração de 1 hora (Imagem 1). Nesta ocasião pude explicar o que seria feito, os objetivos e em seguida as mães puderam preencher um Questionário de Frequência Alimentar - QFA (Apêndice B). Nesta reunião estava presente também a supervisora do segundo ano da escola.

Para identificar as políticas públicas de soberania e segurança alimentar, realizei uma breve análise de três principais políticas públicas, sendo o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) e Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN).

E para finalizar, foram realizados dois encontros com as crianças, com atividades práticas, com a finalidade de interagir, usando de dinâmicas que exploraram os sentidos tato, paladar e olfato, para melhor entender as escolhas alimentares das crianças, facilitando o entendimento da importância da Segurança e Soberania Alimentar e desenvolvendo o interesse para práticas alimentares mais saudáveis. Utilizei a degustação de alimentos onde para melhor explorar os sentidos dos envolvidos, usei uma venda nos olhos. Também houve duas atividades de contação de histórias, 1) contação de história do livro “A menina que não gostava de fruta” de Cidália Fernandes (Anexo 1) e 2) juntos montamos uma história sobre como é importante experimentar os alimentos, com o objetivo de analisar o que as crianças consideram relevante na hora de escolher quais alimentos irão consumir.

No primeiro encontro com os escolares, participaram todas as sete crianças. Utilizamos nos dois encontros um espaço cedido pela escola - a sala de uma antiga biblioteca – e foi realizada uma dinâmica interativa com um dado (Imagem 2) repleto de figuras de alimentos, onde ao jogar o dado, cairia em algum grupo alimentar. A criança precisou escolher qual alimento de determinado grupo ela tinha alguma lembrança marcante. Nesta dinâmica também foram exploradas as preferências das crianças. Este primeiro encontro também foi muito importante para que os escolares pudessem falar de sua relação com a merenda escolar e sua alimentação em casa.

O segundo encontro, foi realizado com o intuito de trabalhar a degustação de alguns alimentos que as crianças estejam familiarizadas em casa e na escola, neste caso, utilizei a abobrinha, cenoura e laranja para degustarem (Imagem 3) e com o gengibre fizemos uma dinâmica de reconhecimento através do tato e do olfato, com os olhos vendados (Imagem 4).

Após realizarmos a dinâmica da degustação, levei a eles uma Contação de Histórias, do livro “A menina que não gostava de frutas” de Cidália Fernandes, onde foi feita uma adaptação da linguagem para retratar a história de uma criança que passou a entender a necessidade da fruta para o crescimento

saudável do corpo. Para finalizar a atividade, as crianças criaram uma história para explicar a necessidade que temos que consumir alimentos mais saudáveis em casa e na escola.

Inicialmente, a degustação de alimentos seria no terceiro encontro, mas por uma demanda de tempo da escola, precisei finalizar em dois encontros todas as atividades.

Após a realização dos encontros com todos os envolvidos, iniciei à análise dos dados.

5 CAPÍTULO IV: FALAR DE COMIDA TAMBÉM FAZ PARTE DA HISTÓRIA

O início das reuniões com a escola foi esclarecedor tanto para a escola quanto para a pesquisa. Houve muita dificuldade na participação dos responsáveis por diversos fatores e através do preenchimento do informe de interesse de participação na pesquisa, foi possível observar que a falta de disponibilidade e interesse na atividade proposta. Mesmo com a escola disponibilizando o informe para mais de trinta alunos, apenas sete famílias manifestaram interesse, após conversa direta com a coordenação da escola. Para o preenchimento do QFA, foi preciso mais de uma semana para coletar todos os documentos novamente. Inicialmente o objetivo era preencher na reunião presencial com os responsáveis, mas como houve a presença de apenas duas famílias, foi preciso encaminhar o questionário através da criança, para que os responsáveis preenchessem e encaminhassem novamente para escola que repassaria para mim, quando mais 6 pais/responsáveis me retornaram o questionário. Neste encontro com os responsáveis, houve grande interesse das duas mães presentes, ambas trabalham fora e afirmaram que há muita dificuldade em manter a rotina alimentar da criança de acordo com o que seria mais saudável. Ao serem questionadas sobre o que seria uma alimentação saudável, foram apontadas as seguintes afirmações: “Acredito que alimentos naturais, o modo de preparo cozido/assado ao invés da fritura. Frutas, legumes, verduras em geral e tentar deixar a refeição balanceada” (Mãe 1). E “Considero que o consumo de produtos integrais, legumes e verduras frescas, carne branca, como peixe” (Mãe 2).

Além disso, uma delas apontou a preocupação do uso de agrotóxicos. Ambas falaram sobre a criança comer tudo na merenda da escola e em casa escolher o que querem comer.

Com a leitura dos questionários, pude observar que mesmo tendo conhecimento sobre como é importante ter uma refeição balanceada, não há uma sequência de refeições saudáveis em nenhuma das crianças, a partir do que foi respondido. Outro fato que também me chamou a atenção, foram as respostas no campo “Como foi a alimentação do seu filho ontem?”. Trago a seguir, algumas das respostas:

“Café da manhã: Comeu na escola;

Lanche: Comeu na escola;

Almoço: Comeu na babá;
Lanche da tarde: Comeu na babá;
Jantar: Miojo com Salame;
Lanche da noite: Não teve.” (Responsável 1).

Café da manhã: Leite com chocolate e bolacha;
Lanche: Leite com chocolate e pão;
Almoço: Lasanha e refrigerante;
Lanche da tarde: Pão com leite e café;
Jantar: Pizza;
Lanche da noite: Não teve.” (Responsável 2)

É importante perceber, no primeiro relato, que apenas uma refeição foi feita em casa, enquanto no segundo relato, a maior parte da refeição foi feita em casa. Estes dois casos me fizeram observar que a merenda oferecida pela escola, em muitos casos, é a única refeição adequada que a criança recebe no dia, ou seja, é a refeição mais completa que consome.

No primeiro encontro com as crianças, com a dinâmica do dado dos alimentos, uma das crianças ao jogar o dado, sorteado no grupo dos legumes, com os alimentos chuchu, cenoura, beterraba, berinjela, abobrinha e cebola, escolheu a cenoura por lembrar-se de uma colega de sala, nos explicando sua escolha:

“Ela nunca queria comer cenoura, quando tinha na escola (merenda) ela sempre separava no prato, ela não queria ficar laranja (risos) e a gente (referindo-se a outra colega que participava da dinâmica) sempre se lembra dela quando tem (cenoura) na comida (merenda)” (Feminino, 7 anos).

O que me fez observar que para ela, existe relação entre a comida e o seu cotidiano e a partir disso se estabeleceu um diálogo alimentar.

Ao serem questionadas sobre o que seria saudável ou não, fui surpreendida com a esperteza das crianças em relação aos termos utilizados para falar sobre alimentação: “Tudo que tem vitaminas e proteínas é saudável pra gente comer. Mas não pode comer coisas fritas, muito açúcar e nem muito macarrão” (Masculino, 7 anos). As palavras *vitaminas* e *proteínas* não foram utilizadas em nenhum questionário preenchido pelos pais/responsáveis. As palavras mais

utilizadas, ao serem questionados sobre o que é saudável e o que não é, foram: *Integral, frutas, verduras, legumes, carnes brancas e fritura, massas e refrigerantes.*

Sobre as preferências de cada criança, foi interessante perceber que apenas uma declarou:

“Eu adoro frutas. A minha mãe sempre manda (para o lanche). Aqui sempre tem banana de sobremesa (nas refeições da merenda escolar). Minhas preferidas são: banana, morango e Blue Berry, mas Blue Berry eu só vi no mercado, mas acho que vou gostar, parece uma uvinha” (Masculino, 6 anos).

Também houve um comentário que chamou a atenção, sobre a preferência pelo feijão e arroz: “A minha mãe sempre faz macarrão e eu odeio macarrão. Na verdade eu até gosto, mas eu prefiro arroz e feijão todo dia com tomate. É minha comida de almoço preferida, mas eu também como de noite” (Masculino, 7 anos). Enquanto a maioria declarou preferência por batatas-fritas, refrigerantes, lanches como X-Burger e X-Salada: “A minha preferida (comida) é McDonalds, macarrão com muito queijo, bacon e milk-shake. Eu também gosto de X-Salada, mas tem que ser sem salada, se não eu não como” (Feminino, 7 anos).

Neste encontro as crianças falaram sobre a merenda escolar e as refeições feitas em casa, onde a maioria apontou que as refeições da escola são as únicas em que comem comida ao invés de lanches prontos: “Minha mãe não tem tempo de cozinhar, por isso é bom o lanche da escola (merenda). Aqui tem comida. Tem lanche também, igual pão, bolacha e iogurte, mas tem salada e comida de almoço também” (Feminino, 7 anos). Sobre a falta de tempo dos responsáveis em cozinhar, ao serem questionados, eles relataram que todos os dias, ao menos uma refeição é industrializada, como por exemplo, o macarrão instantâneo. Ao serem questionadas sobre gostarem ou não dessas refeições rápidas, uma das crianças respondeu: “Eu gosto de miojo, mas na casa do meu avô e da minha avó, a gente come arroz, feijão, carne e salada. Minha avó nunca cozinha essas comidas (industrializadas)” (Masculino, 7 anos).

As demais crianças debateram sobre isso, afirmando que na casa dos pais a frequência de comidas industrializadas é muito maior do que na casa dos avós: “Lá em casa a minha mãe tá fazendo faculdade e ela sempre esquece de

fazer a janta, mas aí ela faz miojo porque ela fala que é mais rápido, mas que não é bom comer todo dia igual a gente faz” (Feminino, 7 anos).

Já no segundo encontro, onde trabalhamos a degustação e reconhecimento de alimentos, na degustação todas as crianças tiveram a iniciativa de provar mesmo com um pouco de hesitação no início, por conta dos alimentos não estarem cozidos. Em cada prova, eles indicavam como determinado alimento havia sido cultivado: “É igual raiz, fica embaixo da terra, não é igual a laranja que fica pendurada (referindo-se a cenoura)” (Feminino, 7 anos). Quando realizamos a dinâmica de reconhecimento pelo tato e olfato, dois comentários se destacaram: “Esse vem debaixo da terra, eu já vi, lá na minha casa tem, minha mãe coloca em quase tudo, eu não gosto muito (referindo-se ao gengibre)” (Feminino, 7 anos). Outra fala sobre o gengibre, que me chamou a atenção: “Eu conheço também, porque minha vó quando a gente tá com gripe coloca ele e mel pra fazer chá. Fica bem gostoso” (Masculino, 6 anos).

Também houve a iniciativa de falarem sobre as hortas que tinham em casa ou na casa dos avós e vizinhos: “Ali na minha rua quase todas as casas tem um cantinho pra plantar, minha vizinha tem e na minha casa também” (Feminino, 7 anos).

Na segunda parte da atividade, levei a Contação de História do livro “A menina que não gostava de frutas” da autora Cidália Fernandes. As crianças falaram, após a história, da importância de provar a comida antes de decidir não gostar de determinado alimento: “Por isso que meu pai e minha mãe sempre falam pra eu provar a comida. Se eu não gostar, eu não preciso comer, mas se eu não provar nem vou saber” (Masculino, 6 anos).

Ao serem desafiadas em montar uma história com o tema *alimentação*, houve a repetição da história que havíamos ouvido, estavam tímidos, insistindo sobre o fato de provarmos os alimentos:

“Era uma vez uma menina que nunca comia nada. Uma dia a mãe dela pediu pra ela comer uma sopa de cenoura e ela tinha medo de ficar laranja, igual a Cristina¹, mas um dia ela perdeu o medo,

¹ Nome fictício da amiga das crianças que não comia cenoura.

igual a gente que provou abobrinha hoje e resolveu provar. Ela gostou. Fim.” (Todos juntos foram montando os acontecimentos, entre risadas e timidez, essa foi a história final).

Para a realização da escrita do trabalho, houve certa dificuldade em manter contato com a escola, que estava com uma programação com demanda alta de festas escolares e reuniões de grupo docente.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a escrita deste trabalho, pude fazer observações que superaram meus objetivos iniciais. De fato, pude perceber através das dinâmicas e das falas de cada criança que mesmo com a merenda escolar sendo tão relevante para a formação de hábitos alimentares saudáveis, a influência da família é ainda maior sobre as escolhas das crianças.

Ler e escrever sobre as três principais políticas de alimentação do país, foi esclarecedor para repensar a relevância de uma política pública de acesso para a população. Há uma longa caminhada até a concretização de cada uma delas e é assustador pensar que com essas políticas funcionando ainda há milhares em situação de fome. Dentro da escola é possível perceber que a merenda escolar, muitas vezes é a única refeição de crianças em situação de risco social.

Utilizar a Contação de Histórias como ferramenta de diálogo foi desafiador, tendo em conta que há um paradoxo no ato de contar: não é tão presente ludicamente no cotidiano da criança e ao mesmo tempo é um ato realizado todos os dias. Ainda sim, houve participação para ouvir e para criar uma nova história – ainda que tenha sido bem semelhante a história apresentada à eles: “A menina que não gostava de frutas”.

Dentre todos os elementos que me surpreenderam e me ensinaram nesta pesquisa, algo se sobressaiu de maneira inesperada e me deixou atenta: nenhuma vez a palavra *pai* foi citada durante as dinâmicas. As falas eram repetidas por *minha mãe, minha vó, meu avô, meus vizinhos, minha tia*. Ao falarem sobre o preparo das refeições e até mesmo se queixarem dos responsáveis não terem tempo de cozinhar, as crianças depositavam essa frustração na mãe, o que instiga um novo debate: Até que ponto as crianças são ensinadas que é responsabilidade do pai e da mãe (ou de seu responsável) cuidar, alimentar e zelar pela saúde e segurança do filho(a)? É preciso inserir o debate das obrigações dos familiares, na educação da criança, criando assim, uma rede de informação contra o machismo já no ensino fundamental.

Fazendo um recorte de tudo que pensei em fazer no meu Trabalho de Conclusão de Curso, consigo visualizar que consegui cumprir meu objetivo geral: verificar como a criança direciona sua preferência na hora da refeição e também

como a escola e a família influencia nessas escolhas, tendo como principal diálogo a Contação de Histórias.

Acredito que com um maior tempo e com mais encontros, tanto com as crianças e com os pais/responsáveis, mais informações importantes teriam sido encontradas, uma pesquisa em longo prazo, pode apresentar resultados mais específicos.

7 REFERÊNCIAS

ALVES, Kelly Poliany de Souza; JAIME, Patricia Constante. **A Política Nacional de Alimentação e Nutrição e seu diálogo com a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/csc/v19n11/1413-8123-csc-19-11-4331.pdf?fbclid=IwAR0RRGtK0rTWKgFsyK3nW9Yfrmhv-cC5ljLcFo3-0YZgBq0O_Mbxd2U6MUk. Acesso em: 30 set. 2018.

BOARETTO, Gislaine Pascoal. **O desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE**. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_pdp_port_ufpr_gislainepascoal.pdf?fbclid=IwAR1qMT1ZXSLJtzXhOOLW5EZVp3A4EU9Lm-OLa63-dXKbvsZLfvkjA0uKM00. Acesso em: 15 nov. 2018.

BOOG, Maria Cristina Faber. **Educação em nutrição: integrando experiências**. 1ª edição. Campinas, SP: Komedi, 2013.

BOOG, Maria Cristina Faber. **Educação nutricional: passado, presente, futuro**. Disponível em: <https://www.unifg.edu.br/wp-content/uploads/2015/06/Educa%C3%A7%C3%A3o-Nutricional-passado-presente-e-futuro.pdf?fbclid=IwAR2nxeuHbaywt015nPTm7UuJ-UGfEdL8aRv5URd6jAY8UckZagXsWTXNPbl>. Acesso em: 07 nov. 2018.

BRASIL. **Lei Orgânica de Segurança Alimentar Nutricional (Losan)**. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. *Diário Oficial da União* 2006; 18 set. [acessado 2018 out 04]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.html

BRASÍLIA, D. F. **Política nacional de alimentação e nutrição**. 2011. Disponível em: http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/noticias/arquivos/09_AespelaRegulaoaPublicidadedeAlimentos2012_pdf1.pdf?fbclid=IwAR0DG-tDRCWum6O2iOqxZTu1qj7UFU6kdSvKjw-1FOAt5GJV6Bbs1-EBwJ0. Acesso em: 26 out. 2018.

BRASÍLIA, D. F. **Política nacional de alimentação e nutrição**. 2013. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_alimentacao_nutricao.p

df?fbclid=IwAR31UDPO-qwALR4Fay0AN3VBIDxzIYUMEncRahkY0bmD9Yk8qf--FAKZqsE. Acesso em: 28 out. 2018.

CASTRO, Josué. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço.** Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CAVALCANTI, Joana. **Caminhos da literatura infantil e juvenil: dinâmicas e vivências na ação pedagógica: Contar histórias: uma arte milenar.** São Paulo: Paulus, 2002.

DE SÁ, Roberta Martins. **Política nacional de segurança alimentar e nutricional - O que todos nós temos a ver com isso?.** Disponível em: http://www.slowfoodbrasil.com/textos/noticias-slow-food/392-politica-nacional-de-segurana-alimentar-e-nutricional-o-que-todos-ns-temos-a-ver-com-isso-ii?fbclid=IwAR0aTac3eUXo0Nag9n07k8iQdROi_CjalS6VLWhCUal0wV2CQXuq1cDmFk. Acesso em: 7 nov. 2018.

DE SOUSA, Linete Oliveira; DALLA BERNARDINO, Andreza. **A contação de histórias como estratégia pedagógica na educação infantil e ensino fundamental.** Disponível em: http://saber.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/viewFile/4643/4891?fbclid=IwAR2zSxPSb_pvw1os19fP6So82kzbYJ98cKJU6suca10TQXP_01USilSJotM. Acesso em: 3 nov. 2018.

DORIGO, Andréa Bruginski. **Educação alimentar e nutricional. ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NAS ESCOLAS DO PARANÁ,** p. 37, 2014. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/alimenatacao_escolar/alimentacao_saudavel_sustentabilidade_ambiental_livro.pdf?fbclid=IwAR10iFlgao2MwJOxxQLkl6XscOFLtJYI0Hz_xESNzvv5kyCQck0oFRqYRhc#page=38. Acesso em: 3 nov. 2018.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler.** São Paulo: Cortez, 2005.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** São Paulo: Paz e Terra, 1987.

FROTA, Flávio Loiola **A Contação de Histórias como Incentivo à Formação de Leitores.** Sobral, 2012.

GARCIA, R. W. D. **Reflexos da globalização na cultura alimentar**: considerações sobre as mudanças na alimentação urbana. Revista de Nutrição, Campinas, out./dez., 2003.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

JUZWIAK, Claudia Ridel. **Era uma vez... um olhar sobre o uso dos contos de fada como ferramenta de educação alimentar e nutricional**. Interface- Comunicação, Saúde, Educação, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832013000200019&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 15 nov. 2018.

LEÃO, Marília. **O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional**. Brasília: Abrandh, v. 263, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

MUITO além do peso. Direção de Estela Renner. São Paulo: Maria Farinha Filmes, 2012. Documentário (84 min), son., color.

PRADO, Shirley Donizete. **Segurança alimentar e nutricional no Brasil**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext_pr&pid=S1413-81232009011000001. Acesso em: 15 out. 2018.

SANT'ANNA et al., 2013 **A importância da contação de história como prática educativa na educação infantil**. Pedagogia em Ação, 2013. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/viewFile/8477/7227?fbclid=IwAR2VXsR950crU76k9bBUjU8s4zobiqRT9WnkXBHRWUrsoeolC3g7HedTalg>. Acesso em: 15 nov. 2018.

SANTOS, Ligia Amparo da Silva. **Educação alimentar e nutricional no contexto da promoção de práticas alimentares saudáveis**. 2005. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/2314/1/v22n3a10.pdf?fbclid=IwAR1kXJ9Nm2GrgjaRpc2GsKazBfOvr5a_95wGD5qVYZSaqqRxxXO0MDppllw. Acesso em: 15 nov. 2018.

SANTOS, Ligia Amparo da Silva. **O fazer educação alimentar e nutricional: algumas contribuições para reflexão**. Disponível em:

https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S141381232012000200018&script=sci_arttext&tlng=pt&fbclid=IwAR3UJgyzp4edmX94UIGwHSuCFP0WxMa4sTdUyg0Ci2DMtZ95W6vNSdTCiWA#top. Acesso em: 15 out. 2018.

SILVA, Sandro Pereira. **A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional**: projetos, descontinuidades e consolidação. 2014. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3019/1/TD_1953.pdf?fbclid=IwAR2Pkj1N4QJEj7UaSsKPK12SUZf9X_eBsBHqMNBjg10nzV9ZEBJLGmb9ME. Acesso em: 26 set. 2018.

APÊNDICE A – INFORME DE INTERESSE DE PARTICIPAÇÃO

Senhores pais ou responsáveis,

Meu nome é Yoná Castilho, sou formanda do curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar da Universidade Federal da Integração Latina Americana (UNILA) e estou realizando minha pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso na escola Arnaldo Isidoro de Lima. Por isso, venho por meio deste informativo dizer que seu filho(a) foi selecionado, junto com mais 11 crianças, aleatoriamente pela escola para participar de atividades para auxiliar em minha pesquisa. As atividades serão: Contação de Histórias, degustação de alimentos e roda de conversa sobre alimentação. Para que seja possível a realização destas atividades quero convidá-los a dois encontros comigo, sendo o 1º para conversarmos sobre a pesquisa e para tirar as dúvidas e o 2º encontro para finalizar a pesquisa. Nesses encontros levarei um termo de autorização para que seu filho(a) participe.

() Sim, tenho interesse em participar.

() No momento não tenho interesse em participar.

Qual o melhor período para nosso 1º encontro, caso manifeste interesse em participar?

Manhã () Tarde () Noite ()

Todas as dúvidas serão tiradas no dia do primeiro encontro, que está previsto para a última semana de agosto.

Caso os pais não aceitem participar dos dois encontros o filho não poderá ser envolvido na ação.

Informo que a direção da escola já está informada da ação e tenho a autorização para o desenvolvimento da ação.

A sua participação é muito valiosa.

Desde já agradeço.

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DE FREQUÊNCIA ALIMENTAR

Preencha, respondendo ou completando com (X), se a resposta for positiva:

1-A seu ver, a criança come:

Durante a semana: Fins de semana :

A) Pouco Café () Almoço () Jantar () A) Pouco Café () Almoço () Jantar ()

B) Normalmente Café () Almoço () Jantar () B) Normalmente Café () Almoço () Jantar ()

C) Muito Café () Almoço () Jantar () C) Muito Café () Almoço () Jantar ()

2- Nos intervalos das refeições:

Pouco () Normalmente () Muito ()

3- Costuma repetir o prato? Sempre () Às vezes ()

4- Tem horários fixos de refeições? () Sim () Não

5- Prefere comer : Nas grandes refeições () Nos intervalos das refeições () Come o tempo todo ()

6- A seu ver existe algum alimento bom para a saúde? () Cite alguns:

7- A seu ver existe algum alimento ruim para a saúde? () Cite alguns:

8-Toma por dia:

A) Sucos de frutas: B) Refrigerantes:

() Nenhum () Nenhum

() Até 2 copos () Até e copos médios

() De 2 a 4 copos médios () De 2 a 4 copos médios

() De 4 a 6 copos médios () de 4 a 6 copos médios

() Mais de 6 copos médios () Mais de 6 copos médios

9- Come verduras ou salada verde:

() Nunca () Raramente () Diariamente () 2 a 3 vezes por semana

10- Come legumes:

() Nunca () Raramente () Diariamente () 2 a 3 vezes por semana

11- Come sobremesa:

() Nunca () Raramente () Diariamente () 2 a 3 vezes por semana

12- A criança:

Come vendo TV ()

Come em pé ()

Come andando ()

Come sozinho ()

Comer sentado à mesa ()

Comer depressa ()

Comer brincando ()

13- Refeições que faz no dia:

Café da manhã () Lanche da manhã () Almoço () Lanche da tarde () Jantar () Lanche da noite ()

14- Períodos do dia em que sente mais fome:

No horário das refeições () Entre o café e o almoço () Entre almoço e o jantar () De noite ()

15- Costuma comer ou beber:

() Doces () Bolachas () Chocolates () Balas () Sorvetes

() Pães () Massas/ batatas () Carne gorda () Comidas com molhos () Maionese

() Leite () Frituras () Empanados () Usa açúcar

16- Quais os alimentos a criança mais gosta de comer?

17- Quais os alimentos a criança não gosta de comer?

18- Como foi a alimentação do seu filho ontem?

Café da manhã:

Lanche:

Almoço:

Lanche da Tarde:

Jantar:

Lanche da noite:

ANEXO I: HISTÓRIA A MENINA QUE NÃO GOSTAVA DE FRUTA

A Menina que não gostava de fruta

Cidália Fernandes

Era uma vez um morango
Bem doce e bem vermelhinho
Que resolveu viajar
E sair do seu cantinho.

Estava já há um dia
À espera de ser comido,
Sabia que era de muitos
Meninos o preferido.

Deu um salto bem ligeiro
E viu à mesa sentada
Uma menina pequena
Com ar de muito zangada.

- Olá – disse ele sorridente –
Diz-me por que estás assim!
Não queres brincar comigo?
Não queres olhar pra mim?

A menina Joaninha
- Era como se chamava –
Quando viu o moranguinho
Ficou ainda mais brava.

- Não quero falar contigo,
Desaparece daqui!
Não gosto nada de fruta,
E muito menos de ti!

Isto lhe grita a menina
Apontando p'ra fruteira
Onde a fruta se juntava
De uma forma ordeira:

Uma manga e uma pera,
Bananas, kiwis, romãs,
Um melão e dois damascos,
Tangerinas e maçãs.

Bem triste nosso amiguinho
Ao seu cantinho regressa;
Foi então que uma banana

Muito sábia lhe confessa:

- És ainda muito jovem
Não fiques preocupado;
Pois daqui a bocadinho
Alguém fica ao nosso lado.

Se a menina Joana
Não nos come nem nos quer
Não demora muito tempo
Que irá adoecer.

- É verdade, é verdade! –
Interrompeu a maçã. –
Foi isso que o pai lhe disse
Ainda esta manhã.
- Não consigo entender –
Lamentou-se o kiwi. –
Não gostar de comer fruta
Foi coisa que nunca vi!

Entretanto a melancia
Que estava um pouco afastada
Quis entrar nesta conversa
Que já ia animada.

Um cacho de uvas fresquinhas,
Amora, cerejas e figos
Vieram logo atrás
De uma dúzia de mirtilos.

A pequena Joaninha
Não parava de olhar.
- Eu não acredito nisso,
Devo estar a sonhar!

A fruta a falar comigo
Como é que pode isto ser?
- Ora – respondeu a banana –
Escuta e já vais ver!

As feridas te curamos
E mais te quero contar,
Basta uma simples maçã
Para o médico afastar!

Por exemplo as laranjas
A crescer te ajudarão;
O alperce e a papaia
São ótimos para a visão.

Se queres ficar hidratada
Come muita melancia.
E para seres bem saudável
Basta, três frutas por dia.

Eis que um verde abacate
Interrompe calmamente:
- Tens nozes e avelãs
Que desenvolvem a mente.

As amêndoas e as passas
Dão-te também energia.
Come sempre frutas secas
E correrás todo o dia.

Estamos ainda nos sumos
Que frescos podes beber.
Nas compras e nos bolos,
Só precisas escolher.

Somos muitos como vês
E saúde te oferecemos.
O que tens é de ingerir
As vitaminas que temos.

A menina já sorria
Com tanta animação.
Tanta cor tanta alegria
Tanta fruta ali à mão.

As cerejas atrevidas
Corriam-lhe entre os dedos,
O moranguinho feliz
Sussurrava-lhes segredos.

Na casca do coco viu
Uma floresta encantada.
Depois de comer pinhões
Desatou à gargalhada.

Quando a mãe percebeu
Que era a filha que assim ria
Nada conseguiu dizer
E pensou que era magia.

Afastou-se a sorrir
Também, a cantarolar.
E aquela novidade
A correr ao pai foi dar.

E foi assim que a Joana
Naquele dia aprendeu
A descobrir o milagre
Que a natureza nos deu.

**Faz como a Joana e come muita FRUTA,
para teres energia e seres SAUDAVEL!...
FIM**

FOTOGRAFIA 1 – REUNIÃO COM PAIS/RESPONSÁVEIS



Fonte: Autoria Própria.

FOTOGRAFIA 2 – DADO ALIMENTAR



Fonte: Aatoria Própria.

FOTOGRAFIA 3 – DEGUSTAÇÃO DE ALIMENTOS



Fonte: Autoria Própria.

FOTOGRAFIA 4 – RECONHECIMENTO ATRAVÉS DO TATO



Fonte: Aatoria Própria.